



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

Projeto de resolução n.º 646/XII-2ª

A situação nacional, a urgência da demissão do Governo e da rejeição do Pacto de Agressão;  
Por uma política alternativa para o progresso do País

O memorando assinado com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI, e a política do Governo PSD/CDS que o executa estão a conduzir aceleradamente o País a uma situação de afundamento nacional de graves consequências económicas, sociais e políticas.

É hoje evidente que este programa não tinha como objetivo a resolução de nenhum dos problemas estruturais existentes e que constitui um verdadeiro pacto de agressão ao povo e ao país, visando transferir os custos da crise do Capital para os bolsos e para as vidas dos trabalhadores e da população, agravando a exploração de quem trabalha e concentrando ainda mais a riqueza nos grandes grupos económicos e financeiros. O Governo PSD/CDS insiste na aplicação do pacto de agressão porque o programa político que tem a cumprir, para satisfazer os interesses que serve, é esse.

Assim se justifica o júbilo do Governo PSD/CDS quando afirma a manutenção das políticas do pacto de agressão e do rumo traçado apesar do agravamento da recessão económica (com previsão já em 2,3%), dos níveis recorde do desemprego (mais de um milhão e meio de desempregados), da pobreza e exclusão social que atingem centenas de milhares de portugueses, do agravamento dos défices estruturais e do endividamento do País e da sua dependência face ao estrangeiro. Com esta política o que se visa é perpetuar a destruição estrutural em curso, seja a nível económico, seja a nível social.

Este programa político contém ainda na sua essência objetivos de corrosão e desfiguração do regime democrático e da própria democracia nas suas múltiplas dimensões, que se traduzem na liquidação de direitos sociais e laborais fundamentais, na destruição de serviços públicos, com o despedimento de milhares de trabalhadores da administração pública, ou no ataque à configuração constitucional das próprias instituições democráticas, de que é exemplo a ofensiva contra o Poder Local democrático.

Por tudo isto, a execução da política de direita tem enfrentado a forte resistência e luta dos trabalhadores e do povo, que identificam na execução deste pacto de agressão a execução de um programa político ilegítimo e contrário aos interesses do povo e do País. Essa luta determinada tem conduzido à erosão da base social de apoio e ao isolamento do Governo que, apesar disso, insiste na manutenção do rumo de desastre nacional imposto pelo pacto de agressão.

Portugal está assim confrontado com uma degradação insustentável da situação política a que é urgente responder com a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas. Não

assumir essa exigência é ser cúmplice com a corrosão do regime democrático e o desastre nacional a que inevitavelmente esta política conduzirá o País.

Só com a rejeição do programa de agressão, a demissão do Governo, a convocação de eleições e a constituição de um Governo que execute uma outra política, patriótica e de esquerda, se podem encontrar soluções para os graves problemas nacionais que a política de direita hoje impõe a Portugal e aos portugueses.

Nestes termos, os Deputados abaixo assinados apresentam o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República considera indispensável e urgente a demissão do Governo e a convocação de eleições legislativas antecipadas com vista a assegurar a imediata interrupção da atual política e garantir o regular funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela Constituição.

Assembleia da República, 20 de Março de 2013

Os Deputados,

JERÓNIMO DE SOUSA; BERNARDINO SOARES; ANTÓNIO FILIPE; JOÃO OLIVEIRA; CARLA CRUZ;  
RITA RATO; JORGE MACHADO; PAULO SÁ; HONÓRIO NOVO; MIGUEL TIAGO; PAULA SANTOS;  
BRUNO DIAS; JOÃO RAMOS; FRANCISCO LOPES